



PODER LEGISLATIVO
Araripina
CASA JOAQUIM PEREIRA LIMA



Documento Assinado Digitalmente por: EVILASIO MATEUS DA SILVA CARDOSO
Acesse em: <https://etc.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 36b30882-1517-45ad-8ec6-37435c49d11f

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2020

ITEM 28

RES. TCE PE Nº 110/2020

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE



RESOLUÇÃO TC Nº 110, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

| Determinação/Recomendação | Situação | Ações | Justificativa |
|---------------------------|---------------------|--|---|
| Processo TC nº: | | | |
| 1280068-5 | FINALIZADO, JULGADO | NAO RETENÇAO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE | TODOS OS PAGAMENTOS E VENCIMENTOS DIRETOS SÃO RIGOROSAMENTE TRIBUTADOS CONFORME TABELA DA RECEITA FEDERAL — IRRF TABELA ATUAL DE CADA EXERCÍCIO |
| Processo TC nº: | | | |
| 1105811-0 | FINALIZADO, JULGADO | CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS, VÍNCULO PRECÁRIO | NÃO EXISTEM MAIS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS POR MEIO DE CONTRATOS OU OUTRO VÍNCULO PRECÁRIO |



| | | | |
|---|--|---|--|
| OFICIO RECOMENDAC,AO 52162/2018 TCE PE/CCE | ORIENTAÇÃO | ITM PE | CUMPRIDO AS ORIENTAÇÕES E INFORMADO AO TRIBUNAL POR MEIO DO OFÍCIO Nº- 124/2018 |
| Processo TC nº: 19100062-1 | | | |
| PROCESSO DE JULGAMENTO DE CONTAS EXERCÍCIO 2018 | FINALIZADO, JULGADO | CONTAS REGULARES, APROVADAS | CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2020. |
| ITEM 1 DA DETERMINAÇÃO | REGULARIZAR CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | REGULOU O PAGAMENTO SEM VARIAÇÃO PARA TODOS OS BENEFICIÁRIOS | O CUMPRIMENTO EM 180 DIAS A CONTAR DA DETERMINAÇÃO; ATUALMENTE ENCONTRA SE SUSPENSO ESSE TIPO DE DESPESA |
| ITEM 2 DA DETERMINAÇÃO | EFETUAR DESCONTO PREVIDENCIÁRIO SOBRE SÍBUDIO DE VEREADOR | RECORREU – DEFERIDO A CAUSA | TCE ACATOU O APONTAMENTO DA CÂMARA, CONFORME EM RAZÃO DO BENEFICIÁRIO JÁ CONTRIBUIR SOBRE O TETO PREVIDENCIÁRIO DO INSS. |
| ITEM 3 DA DETERMINAÇÃO | REFUZAR A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO LEI MUNICIPAL 2.591/2011, CONFORME CRITÉRIO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS | EM PRÁTICA CONFORME ORIENTAÇÃO DO TCE, POR MEIO DE JUSTIFICATIVA ESPECIAL PARA CADA CASO | EM CUMPRIMENTO A CONTAR DOS 90 DIAS DE PRAZO DA DETERMINAÇÃO |
| ITEM 4 DA DETERMINAÇÃO | APERFEIÇOAR PROCEDIMENTOS DE TRANSPARENCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO | ITM | PRAZO DE 180 DIAS, E EM REGULARIZAÇÃO |
| ITEM 5 DA DETERMINAÇÃO | REALIZAR LEVANTAMENTO DA NECESSIDADE DE PESSOAL, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS | LEVANTAMENTO DA NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO | PRAZO DE 180 DIAS; ATIVIDADES EM EXECUÇÃO |